

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 927.818 - RS (2007/0036647-6)

RELATOR : MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
INTERES. : HELENA RIGHI DE RIGUE

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTOS. PESSOA IDOSA. AÇÃO CIVIL
PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO.

1. Este Tribunal Superior possui entendimento
pacífico no sentido de que o Ministério Público é parte
legítima para propor ação civil pública, com o objetivo de
tutelar direitos individuais indisponíveis.

2. O direito à vida e à saúde são direitos individuais
indisponíveis, motivo pelo qual o Ministério Público é parte
legítima para ajuizar ação civil pública visando o
fornecimento de medicamentos de uso contínuo para
pessoas idosas. (q.v., *verbi gratia*, EREsp 718.393/RS, Rel.
Ministra Denise Arruda, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 15.10.2007).

3. Recurso especial não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as
acima indicadas, acordam os Senhores Ministros da Segunda Turma do
Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso,
nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a). Os Srs. Ministros Eliana
Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o
Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de abril de 2008 (Data do Julgamento).

MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS
(JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 927.818 - RS (2007/0036647-6)

RELATOR : MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : HELENA RIGHI DE RIGUE

RELATÓRIO

EXMO. SR. MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)(Relator):

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado, *verbis* (fls 227):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E PELO ESTATUTO DO IDOSO - LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DE QUALQUER DOS ENTES FEDERATIVOS - DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA RECORRER AO JUDICIÁRIO - APLICAÇÃO DO ART. 5º, XXXV, DA CF/88 - SUPREMACIA DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE, TUTELADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SOBRE O DIREITO PATRIMONIAL DOS ENTES PÚBLICOS ESTADUAL E MUNICIPAL, DISPOSTO EM NORMAS INFERIORES - DIREITO À SAÚDE GARANTIDO PELO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Preliminares rejeitadas.

Apelo desprovido.

Reexame necessário não conhecido.

Alega o recorrente contrariedade ao artigo 74, I, da Lei 10.741/03. Sustenta, em síntese, que o Ministério Público- MP não tem legitimidade para defender direitos individuais inerentes à prestação de serviço

Superior Tribunal de Justiça

público de saúde à pessoa capaz.

Aduz que não se trata, *in casu*, de proteção a direito difuso, coletivo ou homogêneo, mas, sim, de um direito individual heterogêneo e, por isso, o MP é carecedor da ação civil pública que propôs.

Requer a reforma do acórdão recorrido para declarar a ilegitimidade ativa do Ministério Público para propor ação protetiva de direito individual heterogêneo.

Contra-razões aos fls. 255/260, em que pugna o recorrido pela manutenção do julgado, sob o fundamento de que Ministério Público é parte legítima para patrocinar a defesa do direito à saúde de pessoa idosa, pois é de sua competência a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais se enquadra a hipótese *sub judice*.

Admitido o recurso na origem (fls. 262/267), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 927.818 - RS (2007/0036647-6)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. PESSOA IDOSA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Este Tribunal Superior possui entendimento pacífico no sentido de que o Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública, com o objetivo de tutelar direitos individuais indisponíveis.

2. O direito à vida e à saúde são direitos individuais indisponíveis, motivo pelo qual o Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação civil pública visando o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para pessoas idosas. (q.v., *verbi gratia*, EREsp 718.393/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 15.10.2007).

3. Recurso especial não provido.

VOTO

EXMO. SR. MINISTRO CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)(Relator):

O cerne da controvérsia reside na questão da legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública com o objetivo de pleitear o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para tratamento de saúde de pessoa idosa.

Acerca do tema, vale trazer à colação o disposto nos arts. 127, 5º, *caput*, e 196 da Constituição Federal, os quais prescrevem que, *verbis*:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

Superior Tribunal de Justiça

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Superior Tribunal, em exegese dos preceitos fundamentais assinalados, possui entendimento pacífico no sentido de que o Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública, com o objetivo de tutelar direitos individuais indisponíveis. A vida e a saúde, segundo a Constituição, são direitos individuais indisponíveis. Incumbe, pois, ao Ministério Público a sua defesa.

Assim, o acesso aos medicamentos necessários à manutenção da vida e da saúde não é mero direito individual heterogêneo, mas, direito indisponível. Cabe, portanto, ao Ministério Público ajuizar ação civil pública com o objetivo de obter do Estado o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para os idosos, porquanto o que se busca proteger é a saúde dessas pessoas.

Nesse sentido, q. v., *verbi gratia*:

PROCESSO CIVIL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AJUIZAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PESSOA IDOSA.

1. O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

2. O artigo 127 da Constituição, que atribui ao Ministério Público a incumbência de defender interesses individuais indisponíveis, contém norma auto-aplicável, inclusive no que se refere à legitimação para atuar em juízo.

3. Tem natureza de interesse indisponível a tutela jurisdicional do direito à vida e à saúde de que tratam os arts. 5º, caput e 196 da Constituição, em favor de pessoa idosa que precisa fazer uso contínuo de medicamento. A legitimidade ativa, portanto, se afirma, não por se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas sim por se tratar de

Superior Tribunal de Justiça

interesses individuais indisponíveis.

4. Recurso especial parcialmente conhecido para, nessa parte, negar-lhe provimento.

(REsp 932.330/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04.09.2007, DJ 24.09.2007 p. 265)

Ressalte-se que a Primeira Seção deste Tribunal, em consonância com precedentes do Supremo Tribunal Federal, já consagrou tal entendimento ao julgar a matéria em sede de embargos de divergência, q. v., verbi gratia:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. MENOR. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STF E STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. A Primeira Seção deste Tribunal Superior pacificou o entendimento das Turmas de Direito Público no sentido de que o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar medidas judiciais para defender direitos individuais indisponíveis, ainda que em favor de pessoa determinada: EREsp 734.493/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 16.10.2006; EREsp 485.969/SP, Rel. Min. José Delgado, DJ de 11.9.2006.

2. No mesmo sentido, os recentes precedentes desta Corte Superior: EREsp 466.861/SP, 1ª Seção, Rel. Min Teori Albino Zavascki, DJ de 7.5.2007; REsp 920.217/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 6.6.2007; REsp 852.935/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 4.10.2006; REsp 823.079/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 2.10.2006; REsp 856.194/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 22.9.2006; REsp 700.853/RS, 1ª Turma, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux, DJ de 21.9.2006; REsp 822.712/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.4.2006.

3. Embargos de divergência providos.

Superior Tribunal de Justiça

*(EREsp 718.393/RS, Rel. Ministra DENISE
ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em
12.09.2007, DJ 15.10.2007 p. 218)*

Destarte, o Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação civil pública visando o fornecimento de medicamentos para as pessoas idosas as quais precisam fazer uso contínuo deles.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.



**ERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA**

Número Registro: 2007/0036647-6

REsp 927818 / RS

Números Origem: 10400006207 70014207070 70017580150

PAUTA: 01/04/2008

JULGADO: 01/04/2008

Relator

Exmo. Sr. Ministro **CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro CASTRO MEIRA

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS

Secretária

Bela. VALÉRIA ALVIM DUSI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : KÁTIA ELISABETH WAWRICK E OUTRO(S)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : HELENA RIGHI DE RIGUE

ASSUNTO: Administrativo - Sistema Único de Saúde - SUS - Medicamento

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 01 de abril de 2008

VALÉRIA ALVIM DUSI
Secretária